

Nutrição e questão ambiental: com a palavra, as lideranças do campo da nutrição no Brasil

Nutrition and environmental issue: The nutrition field's leaders in Brazil take the floor

Marcelo Eliseu Sipioni^{1,2}, Maria Angélica Carvalho Andrade¹

DOI: 10.1590/2358-289820251459619P

RESUMO O Antropoceno sugere que a ação humana representa a mais importante força geológica agindo sobre o planeta, provocando mudanças climáticas e, em última análise, colocando em risco toda a vida futura. O sistema alimentar hegemônico representa um importante componente dessa ação humana, dado o uso irresponsável de técnicas predatórias frente à Natureza. Estando a nutrição inserida no sistema alimentar, faz-se necessário discutir seu posicionamento e ações para mitigar seus efeitos. Esse trabalho objetivou avaliar as percepções das lideranças da nutrição no Brasil sobre a questão ambiental e sua relação com o campo da nutrição. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas e analisados com uso da técnica de análise temática. Os resultados demonstraram que as lideranças têm consciência sobre a emergência da questão ambiental e que a nutrição possui grande relação e responsabilidade com a temática, apesar de diferentes níveis e contrapontos a essa percepção terem sido encontrados, como a falta de conhecimento sobre o tema. Sugere-se que a nutrição, atravessada pela ideologia do nutricionismo, deva ser direcionada por uma postura ético-política adequada à emergência da questão ambiental, como propõe o Princípio Responsabilidade de Hans Jonas.

PALAVRAS-CHAVE Mudança climática. Sistema alimentar. Ciências da nutrição.

ABSTRACT *The Anthropocene suggests that human action represents the most important geological force acting on the planet, causing climate change and, ultimately, endangering all future life. The hegemonic food system represents an important component of this human action, given the irresponsible use of predatory techniques against Nature. Since nutrition is part of the food system, it is necessary to discuss its position and actions to mitigate its effects. This work aimed to evaluate the perceptions of nutrition leaders in Brazil on the environmental issue and its relationship with the field of nutrition. This is a descriptive study with a qualitative approach. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using the thematic analysis technique. The results showed that the leaders are aware of the environmental issue emergence and that nutrition has a great relationship and responsibility with this theme, although different levels and counterpoints to this perception have been found, such as the lack of knowledge on the subject. It is suggested that nutrition, permeated by the ideology of nutritionism, should be guided by an ethical-political posture suited to the emergence of the environmental issue, as proposed by Hans Jonas' Principle of Responsibility.*

KEYWORDS *Climate change. Food system. Nutritional sciences.*

¹Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) - Vitória (ES), Brasil.
mesipioni@yahoo.com.br

²Universidade Vila Velha (UVV) - Vila Velha (ES), Brasil.



Introdução

A temática ambiental vem ocupando interesse e preocupações das mais diversas áreas do conhecimento, do ativismo da sociedade civil e das políticas públicas. Com a premissa de que estamos em uma época em que a ação do ser humano é a principal força geológica do planeta, o Antropoceno tem ganhado adeptos no mundo inteiro, apesar de ainda configurar uma teoria não confirmada pelas entidades internacionais da área^{1,2}.

O Antropoceno sugere que as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade que vêm ocorrendo desde a Revolução Industrial estão levando todas as formas de vida ao risco de desaparecimento, sendo que, nos últimos 50 anos, a intensidade desses acontecimentos se potencializou como consequência do desenvolvimento tecnológico em diferentes áreas de exploração econômica¹. Entre essas áreas está a produção agrícola, na perspectiva do sistema alimentar hegemônico.

Desde a chamada Revolução Verde^{3,4}, o sistema alimentar hegemônico utiliza técnicas predatórias que subjagam a Natureza, numa noção de desenvolvimento utilitarista e antropocêntrica. Além disso, a despeito de seu contraditório discurso de que é responsável por alimentar o planeta, promove, ao contrário, desigualdades sociais⁵ e, conseqüentemente, fome, uma vez que se trata de um modelo de mercado, o agronegócio, que vê no alimento a mera utilidade mercadológica, típica do capitalismo^{6,7}.

Vale ressaltar que a definição de sistemas alimentares considera não só as etapas da cadeia produtiva de alimentos, mas inclui as relações socioculturais, políticas e ambientais envolvidas nas dimensões de produção e consumo de alimentos⁸, nos diversos modelos de ambientes alimentares propostos⁹.

O fato é que a tecnologia utilizada pelo sistema alimentar hegemônico não só prejudica a promoção da vida como um todo no tempo atual como insinua pouca reflexão sobre a possibilidade de vida digna às gerações

futuras. Dessa forma, cabe-nos refletir sobre um necessário freio ético à técnica irresponsável utilizada por esse modelo de produção de alimentos, para o que consideramos fundamentais as reflexões feitas por Hans Jonas¹⁰ e seu Princípio Responsabilidade.

Para esse filósofo, os modelos éticos modernos pouco contribuem para essa nova face da ação humana chamada tecnologia¹⁰, uma vez que sugerem princípios e imperativos apenas ao ser humano contemporâneo. Outras formas de vida não estão inclusas no domínio ético moderno, tampouco as vidas, humanas e não humanas, de gerações futuras, ameaçadas pelo avanço tecnológico desprovido de reflexão ética.

Jonas¹¹ considera que a técnica moderna assumiu uma postura em que cria problemas para ela mesma resolver com novos avanços tecnológicos, gerando um ciclo vicioso que desconsidera os riscos futuros frente a benefícios imediatos. Longe de uma postura tecnofóbica, Jonas defende que a questão é atribuir a essa nova forma de poder, a técnica moderna, uma ética, não para impedi-la, mas para ajudá-la a cumprir sua missão¹².

O Princípio Responsabilidade nos parece apropriado para orientar ações individuais e coletivas que possam frear as conseqüências do Antropoceno, alinhando-se a outras concepções éticas que priorizam a Natureza com seu valor e dignidade próprios^{13,14} e estabelecem novas posturas na relação entre Natureza e ser humano, este último, interno, não superior a ela¹⁵⁻¹⁷. Nesse sentido, Jonas defende que a biosfera inteira “reivindica sua parcela de respeito que se deve a tudo que é um fim em si mesmo, quer dizer, a todos os viventes”¹¹⁽⁵⁵⁾.

Assim, é prudente que as diversas dimensões do sistema alimentar passem a se orientar pela ética jonasiana¹⁸, tanto no que se refere ao uso de técnicas de produção de alimentos, o que já configurava elemento de preocupação de Jonas¹⁰ quando elaborou seu Princípio Responsabilidade, em 1979, quanto nos processos tecnológicos envolvidos na dimensão do consumo, especialmente no que diz respeito às

estratégias industriais de produção e *marketing* de alimentos danosos à saúde humana^{19,20} e ao meio ambiente, uma vez que têm origem em métodos predatórios de produção^{4,6,19,21,22}.

Nesse sentido, ao contrário do que uma primeira análise acerca da orientação ética de Jonas sugeriria, não é só na dimensão da produção que se aplica o Princípio Responsabilidade. Nessa dimensão, as ações humanas são, de fato, mais evidentes e potencialmente danosas à vida. Contudo, sendo o sistema alimentar uma unidade complexa com relação sinérgica entre as dimensões que o compõem, espera-se que a tomada do Princípio Responsabilidade como norteador de posições ético-políticas ocorra igualmente em ambas as dimensões, seja entre os responsáveis técnicos, empresariais e políticos do setor de produção, seja entre os técnicos e gestores do campo do consumo, incluindo nesse nicho a nutrição e o nutricionista.

Apesar de possuir certas atribuições na esfera da produção, a atuação profissional do nutricionista, de fato, alinha-se mais diretamente à dimensão do consumo, na qual assume atribuições específicas^{23,24}. Assim, o nutricionista tende a perceber sua implicação no sistema alimentar limitada a colaborar para um ambiente alimentar mais saudável. Contudo, a questão ambiental parece sugerir que os profissionais da área de nutrição devem assumir uma visão integral frente ao sistema alimentar, conforme já exposto em diretrizes e princípios norteadores da promoção da alimentação adequada e saudável no País^{25,26}.

A relação intrínseca entre nutrição e questão ambiental também é evidenciada quando se compreende a dinâmica da Sindemia Global, caracterizada pela relação sinérgica entre três pandemias – obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – e suas consequências quanto às questões alimentares no mundo, com agravamento em países mais pobres^{5,27,28}. Ao se compreender a lógica explicativa da Sindemia Global, percebe-se o quanto as escolhas relacionadas ao sistema alimentar impactam as mudanças climáticas, sejam elas escolhas políticas sobre o que e como produzir, sejam elas

relativas ao campo do consumo de alimentos.

O envolvimento do campo da nutrição na questão ambiental apresenta-se, portanto, como inevitável. Para além de pensar a alimentação como ato político^{29,30} e ético³¹, deve-se compreender a questão ambiental como elemento ético-político norteador da própria atuação profissional no campo da nutrição, para o qual a ética de Jonas¹⁰ pode trazer enorme contribuição.

Diversos debates já vêm sendo feitos para compreender tal relação, incluindo a temática das dietas sustentáveis^{32,33} e a inserção da ciência da nutrição no arranjo dos sistemas alimentares³⁴⁻³⁶. Além disso, há proposições para que a formação em nutrição considere as questões ambientais frente ao Antropoceno^{37,38}.

Ressalta-se, contudo, que, mesmo constituída sob bases epistemológicas dos campos biológico e social³⁹, a nutrição é hegemonicamente dominada por uma postura biomédica que historicamente conduz seu desenvolvimento técnico e científico e orienta suas práticas⁴⁰⁻⁴². Scrinis⁴³ denomina esse movimento de nutricionismo, uma ideologia que reduz a complexidade do alimento ao seu conteúdo nutricional e, a partir dessa análise limitada, estabelece o nível de saúde relacionado à alimentação. O nutricionismo remete à despreocupação com a “qualidade de produção e processamento do alimento e de seus ingredientes”⁴³⁽²⁵⁾, evidenciando um choque antitético com o Princípio Responsabilidade¹⁰, que sugere uma análise de elevada precaução frente à possibilidade, mesmo que remota, de ameaça à vida futura.

Parece urgente que a nutrição se norteie menos pelo nutricionismo e mais por modelos éticos que fomentem uma atuação profissional alinhada ao debate das mudanças climáticas e do respeito à Natureza, reconhecida com dignidade e valores intrínsecos, não utilitários^{11,13-15}.

Para tanto, a nutrição precisa se reconhecer corresponsável pela questão ambiental junto aos mais diversos campos do conhecimento, de prática e de políticas públicas, especialmente para se contrapor ao sistema alimentar

hegemônico no contexto do Antropoceno. Nesse sentido, este trabalho buscou identificar as percepções das lideranças nacionais da nutrição no Brasil sobre a relação entre o campo da nutrição e a questão ambiental.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que buscou analisar as impressões e interpretações das principais lideranças nacionais do campo da nutrição sobre a questão ambiental. Optou-se por abordar tais atores por se entender que, dados os espaços em que estão inseridos, representam um nicho privilegiado da área para pautar debates acerca da nutrição no País. Por questão ambiental, referimo-nos especialmente às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade associadas à exploração predatória da Natureza pelo ser humano.

No momento desta pesquisa, as lideranças entrevistadas estavam inseridas nos mais diversos campos de atuação e representação da nutrição no Brasil, sendo identificadas nos endereços eletrônicos e nas redes sociais das entidades a que estão vinculadas. Posteriormente, foram contatadas por e-mail, e, na ausência de retorno, por outros meios eletrônicos. O único critério de inclusão definido foi a exigência de ser (essa liderança) nutricionista.

Não serão nominadas as entidades contatadas, a fim de resguardar a identidade das lideranças. Além disso, é importante frisar que não foram solicitados quaisquer posicionamentos das entidades nessa pesquisa, mas, sim, das lideranças em si, o que pensam e interpretam sobre as questões levantadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas ocorridas entre março e junho de 2022 por videochamada. As questões buscaram indagar os entrevistados

sobre: a) ideias e percepções gerais que possuem sobre a temática; b) relação entre a questão ambiental e o campo da nutrição; e c) nível de prioridade que a nutrição deve direcionar à questão ambiental. Todas as conversas foram gravadas em áudio e vídeo, com a devida autorização das lideranças.

Os resultados das entrevistas foram submetidos à análise temática⁴⁴. Optamos por tal metodologia dada sua flexibilidade, aliada a um criterioso processo metodológico de construção de ideias⁴⁴, buscando identificar os “núcleos de sentido que compõem uma comunicação”⁴⁵⁽³¹⁶⁾. Trata-se de identificar temas, ou seja, elementos que captam importantes ideias num determinado campo teórico de pesquisa⁴⁴.

Para ilustrar as lideranças participantes deste estudo, foram utilizadas algumas das mais importantes denominações indígenas do País como pseudônimos: Guarani, Ticuna, Caingangue, Macuxi, Terena, Pataxó, Ianomâmi, Guajajara e Xavante.

Este trabalho atende a todas as orientações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde⁴⁶, sendo aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer nº 5.261.355 (CAAE: 55231822.1.0000.5060).

Resultados

Participaram da pesquisa nove lideranças do campo da nutrição, engajadas nos mais diversos espectros de atuação, incluindo entidades da categoria profissional e estudantil e entidades do campo acadêmico, científico e de políticas públicas.

O *quadro 1* resume os temas definidos a partir do conjunto de dados obtidos pelas entrevistas, conforme apresentado abaixo.

Quadro 1. Elementos de análise e temas definidos a partir do conjunto de dados coletados junto às lideranças da área de nutrição no Brasil

Elemento de análise	Temas definidos
Impressões gerais sobre a questão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de ação urgente para conter as mudanças climáticas. • Visão antropocêntrica sobre a questão ambiental. • Questão ambiental submetida a interesses econômicos e políticos. • Falta de conhecimento sobre o tema.
Relação entre nutrição e questão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Nutrição alheia ao debate sobre as questões ambientais. • Relação limitada entre nutrição e questões ambientais. • Forte relação entre nutrição e questões ambientais.
Prioridade da questão ambiental para a nutrição	<ul style="list-style-type: none"> • Alta prioridade da questão ambiental para a nutrição. • Média prioridade da questão ambiental para a nutrição.

Fonte: elaboração própria.

Impressões gerais sobre a questão ambiental

Ao serem solicitadas a comentar suas impressões sobre a questão ambiental, constatou-se um nível de entendimento e compromisso geral elevados pelas lideranças entrevistadas, uma vez que todas demonstraram preocupação e sugeriram ações, genéricas ou específicas, para conter o avanço das mudanças climáticas.

Tal preocupação está demonstrada em diversos trechos das entrevistas, de forma que esse tema apareceu intensamente nesse elemento de análise, sob diversos argumentos, conforme representado pelos trechos abaixo:

[...] a gente precisa adotar medidas [...]. Só que eu acho que essas medidas deveriam ser tomadas em menor tempo e maior proporção. Porque a gente está vendo uma série de impactos, seja nas águas, nas florestas, no próprio oxigênio que a gente respira. (Xavante).

[...] as mudanças climáticas são assustadoras, e a cada ano que passa isso se opera de uma forma cada vez mais intensa. E é muito mais calor, é muito mais frio, é muito mais seca. E com toda certeza, isso é o homem. (Guajajara).

Também foi possível evidenciar elementos antropocêntricos nas ideias identificadas, em

que análises sobre a temática ambiental se justificam na perspectiva de benefícios para os seres humanos, numa visão utilitarista, conforme exemplo abaixo:

[...] se a gente não se preocupar e olhar atentamente a isso, uma hora vai acabar, e, enfim, acabando os recursos, acaba também a vida, não é? Porque a gente não vai sobreviver com nada. [...] se a gente não tem os recursos para fazer um alimento bom, a gente não vai ter um alimento bom, e vai acabar interferindo também na saúde do homem. (Ticuna).

A sensibilidade quanto à emergência das mudanças climáticas, mesmo que em um viés antropocêntrico, esbarra numa percepção pessimista quanto à negativa interferência de interesses políticos e econômicos sobre a questão ambiental e ao pouco conhecimento geral sobre o assunto. Em diversos momentos, as lideranças constroem seus temas nesse sentido, conforme trechos abaixo:

Acho que a gente é muito pequeno frente a tudo isso. As minhas impressões é que enquanto a gente não tiver lideranças que se importem com isso [...], que tenha isso como prioridade, vai ser muito difícil resolver os nossos problemas internos. [...] No Brasil, ainda não existiu nada nem ninguém com interesse real sobre o assunto. (Terena).

[...] porque é uma coisa que a gente não sabe discutir, que a gente não sabe de onde vem, não sabe realmente quais são as principais causas, e fica muito no achismo. (Ticuna).

Relação entre o campo da nutrição e a questão ambiental

Neste elemento de análise, as lideranças foram estimuladas a comentar sobre a relação entre nutrição e questões ambientais. Os temas identificados foram reveladores de uma noção ampliada da nutrição com papel relevante à questão ambiental, mesmo com algumas sugestões limitadas sobre tal relação ou, como veremos, a constatação de que a nutrição está alheia ao debate.

De fato, em diversos momentos, as lideranças indicaram que a nutrição não debate o tema como deveria e que a inserção da temática deve ocorrer tanto na formação como na própria orientação para a atuação profissional. Além disso, algumas lideranças se assumem inseguras em comentar sobre o tema, enquanto outras sugerem que há áreas da nutrição mais envolvidas com a temática, conforme trechos abaixo:

[...] não é uma questão que é ditada pela nutrição. A nutricionista não tem ainda esse perfil de buscar isso. [...] Por isso que eu digo que nessa área (alimentação coletiva) acontece muito mais. Nas outras áreas, eu acho que a nutricionista deveria buscar isso, e eu não vejo. (Guarani).

[...] hoje, eu não tenho um conhecimento tão tácito dessas questões. [...] Acho que na formação a gente ainda está muito carente disso [...] pela questão do modelo de aprendizagem que hoje a gente tem. (Caingangue).

[...] a gente está muito mais preocupado com a comida de fora para dentro da nossa boca, o impacto que tem no nosso organismo. Eu acho que a gente pensa menos no ambiente, no impacto do lado de fora, no que isso gera, não é? [...] se a gente não der um passo e entender que a gente

precisa realmente cuidar disso tudo que está aqui fora, a gente realmente está caminhando para a extinção da nossa raça. (Macuxi).

Mesmo com esse diagnóstico, o de que a nutrição precisa compreender mais e ampliar a discussão sobre sua relação com a questão ambiental, os temas a seguir sugerem dois tipos diferentes de visão sobre essa relação. A primeira delas revela uma ideia limitada sobre o papel do nutricionista frente à questão ambiental, além de uma análise pontual sobre algum elemento específico do sistema alimentar hegemônico, como o uso de agrotóxicos, de forma isolada. São questões temáticas relevantes, de fato, porém, se analisadas de forma isolada e descontextualizada, não conseguem somar de forma abrangente à complexidade da emergência climática. Vejamos os trechos representativos de tais temas a seguir:

[...] a questão do agrotóxico. É uma coisa muito séria. A quantidade de produtos liberados de forma indiscriminada, e se sabendo através de inúmeros estudos dos problemas desses agrotóxicos na saúde. (Guajajara).

[...] tem algumas ISO que elas [as fábricas] têm que fazer parte para elas ganharem conceito e poderem exportar, por exemplo. Então, várias marcas têm um compromisso ambiental. Esse compromisso ambiental rege toda a fábrica e inclui o refeitório. Incluindo o refeitório, ele [o nutricionista] se preocupa com copos descartáveis, com resíduos, com a parte do óleo. (Guarani).

Por outro lado, grande parte das falas das lideranças apontou para um entendimento mais ampliado da relação entre nutrição e questão ambiental, uma vez que se trata de um campo bastante implicado na formatação e nos problemas gerados pelo sistema alimentar como um todo, conforme ilustrado pelos seguintes trechos:

[...] o nutricionista trabalha, dentro do seu objeto de ação, ele trabalha com os alimentos

[...], na perspectiva da saúde do indivíduo e da saúde coletiva. [...] eu preciso compreender como e onde esse alimento é produzido. [...] Se ele é produzido com mão de obra escrava, se ele é produzido com água de esgoto, se ele é produzido com veneno, se ele é produzido de forma sustentável, se nós estamos nos preocupando se as novas e futuras gerações poderão usufruir dessa diversidade que ainda se tem hoje. (Ianomâmi).

[...] não é da prática do nutricionista a produção dos alimentos, mas os sistemas alimentares fazem parte do contexto em que as práticas alimentares se dão, e acho que elas têm super a ver com a prática profissional do nutricionista, seja a prática alimentar de uma pessoa [...] no ambulatório, seja a prática das pessoas que estão comendo num restaurante, [...] seja os que estão numa escola e que estão sendo pautados por alguma ação educativa. (Pataxó).

Prioridade da questão ambiental para a nutrição

Questionadas sobre o nível de prioridade que a questão ambiental deveria receber do campo da nutrição, as lideranças sugeriram tanto alta quanto média prioridade.

A alta prioridade foi revelada como tema de forma mais evidente nas falas das lideranças. Contudo, observou-se que, ao comentarem seu posicionamento, houve argumentos que sugeriram algum limite para tal, por considerarem haver temas mais importantes do que a questão ambiental para o campo da nutrição. Já entre os que defendem alta prioridade sem estabelecer limitações, houve o entendimento de que a dimensão ambiental é inerente à nutrição. Além disso, a defesa de que a formação deve intensificar esse debate como forma de ampliar a concepção da nutrição sobre o tema foi apontada como alternativa em alguns depoimentos. Os trechos a seguir buscam ilustrar essas ideias:

Veja bem, eu acho que é alta [...]. Mas tem outras coisas que eu vejo que são ainda um pouco mais altas do que esse processo, não é? [...] vejo que tem outras coisas na nutrição que são muito específicas e que precisa melhorar, precisa trabalhar. (Guarani).

[...] deveria ser alta, desde que contextualizada. Que desse sentido na discussão para todos os profissionais. [...] Porque eu acho que uma das questões da formação é dar sentido no contexto como um todo. [...] Eu converso com o professor de dietoterapia. Ele dá câncer e dieta do câncer. [...] Mas ele não discute o que causou o câncer. [...]. (Caingangue).

Eu trabalho com uma concepção de que a alimentação tem várias dimensões. Então, tem a dimensão do direito humano, a dimensão sociocultural, a dimensão econômica e a dimensão ambiental. [...] se a nutrição não encarar esse elemento, está fora da história, ela está vivendo num momento outro da história. (Pataxó).

Ressalta-se, ainda, que, tanto entre os que defendem prioridade alta quanto entre os que sugerem que há outras pautas mais importantes, foi evocada a ideia de que a atuação da nutrição se baseia na segurança alimentar e nutricional e que esse conceito tem, de maneira intrínseca, a noção da sustentabilidade e da questão ambiental como norteadoras, conforme o trecho a seguir:

[...] essa questão ambiental transita com a soberania e a segurança alimentar e nutricional. [...] Não há soberania e segurança alimentar e nutricional sem incentivo à agricultura familiar, e não dá para incentivar a agricultura familiar sem trabalhar com a transição agroecológica. (Ianomami).

Um segundo tema presente neste elemento de análise defende que a questão ambiental ainda não configura alta prioridade no campo da nutrição, e, sim, média, caminhando para alta, sem apresentar aprofundamento. Uma das lideranças exemplifica essa ideia ao assumir

que “*existem outras coisas que a gente também deve se preocupar. Então, ficarei entre média e alta*” (Ticuna).

Em suma, percebe-se que as lideranças entrevistadas defendem que a nutrição se volte para a questão ambiental, mesmo com diferentes entendimentos sobre o nível de prioridade.

Discussão

Os resultados encontrados neste estudo reforçam o entendimento de que o campo da nutrição está profundamente ligado à questão ambiental a partir da lógica estruturante dos sistemas alimentares³⁵ e que suas lideranças nacionais, mesmo com diferentes níveis de entendimento e priorização, convergem no sentido de fomentar que a nutrição some forças para frear a destruição ambiental no contexto do Antropoceno.

A percepção de que as mudanças climáticas representam um desafio global urgente está em sintonia com o debate feito em nível mundial^{47,48}. Quando se busca identificar as motivações para a elevada preocupação com tal emergência, apesar de não estar contida em todas as falas, percebe-se ainda forte implicação antropocêntrica entre algumas lideranças.

A visão antropocêntrica nesse contexto busca reverter os impactos ambientais para benefício humano, numa noção utilitarista frente à Natureza. Para avançar no entendimento de nossa responsabilidade frente à questão ambiental, de acordo com as premissas jonasianas defendidas neste trabalho, faz-se necessário e urgente delegar à Natureza seu direito e valores próprios, devendo ser protegida, independentemente dos benefícios utilitários^{11,13-16}.

Para Jonas, assumir o reducionismo antropocêntrico, em que o ser humano é separado e diferenciado da Natureza, significa nada mais do que desumanizar o próprio ser humano, pois “na medida em que ela nos gerou, devemos fidelidade à totalidade de sua criação”¹⁰⁽²²⁹⁾.

Ao submetermos a Natureza à apreciação utilitarista do ser humano, sobressaem-se os interesses econômicos em prol de um dito desenvolvimento sustentável, conceito que teve seu significado comprometido pela lógica de mercado que se atribuiu a ele nas últimas décadas^{1,13,15,18}.

Esse elemento de análise dialoga com a percepção, por parte das lideranças da nutrição, de que os interesses econômicos e políticos se sobrepõem aos interesses globais demandados pelos desafios da emergência climática. Apesar de ser possível identificar algum avanço nos debates internacionais em torno das mudanças climáticas, há atores politicamente e economicamente influentes que sugerem manter os níveis atuais de queima de combustíveis fósseis, interferindo fortemente nas negociações globais⁴⁹.

Não se pretende aqui cair na armadilha da dicotomia entre esquerda e direita sobre o debate ambiental. Mesmo que a teoria marxista seja eficiente em explicar as bases da alienação da sociedade capitalista frente ao modelo de produção nefasto do ponto de vista ambiental e social^{6,7}, o arranjo de uma sociedade pós-capitalista suposta pela utopia marxista não sinaliza necessariamente uma demanda reduzida pela exploração da Natureza^{10,50,51}.

Jonas até compreende o marxismo como mais “adequado ao empreendimento de uma ética da responsabilidade”⁵²⁽¹⁴⁰⁾, desde que se desvincule de seu caráter utópico. Mas parece prudente no atual contexto global a escolha de uma nova orientação política frente ao Antropoceno que não seja pautada por velhos dilemas, mas que busque “explorar a possibilidade de canalizar certas emoções políticas na direção de novos objetos”⁵¹⁽¹¹⁾.

Ainda a esse respeito, não se pode ignorar a importância de propostas de políticas de alimentação e nutrição, numa perspectiva institucional-governamental, para a reversão da emergência climática atualmente⁵³. Contudo, as ações individuais ou mesmo corporativas, como as defendidas para o campo da nutrição neste trabalho, possuem enorme

relevância para a afirmação do Princípio Responsabilidade. Segundo o próprio Jonas¹¹⁽⁸⁵⁾,

[...] as grandes decisões visíveis, para o bem ou para o mal, serão tomadas (ou não) no nível político. Mas todos nós podemos preparar, invisivelmente, o solo para elas começarem por nós mesmos.

Ademais, para posicionar a questão ambiental no contexto político em nível mundial, há de se considerar a necessidade de que os conhecimentos relativos às causas e consequências de tais problemas sejam ampliados. Neste trabalho, as lideranças da nutrição demonstraram preocupação com a falta de conhecimento geral sobre o tema, especialmente entre os atores que compõem o campo da nutrição.

Há muito interesse em alimentar desinformação ou ocultar informações verdadeiras sobre mudanças climáticas⁵¹. Dessa forma, o debate sobre a questão ambiental deve ser fomentado no contexto populacional, ressaltando o importante papel da educação ambiental, desde que ressignificada para além de análises simplistas sobre o tema⁵⁴.

Já no campo da nutrição, não há motivos para que o tema não seja mais intensamente debatido, dada sua emergência. A nutrição está fortemente implicada a demandas globais atuais, como a Síndemia Global²⁷ e a Agenda 2030⁵⁵, além de constarem nos documentos norteadores da profissão diversas menções que levam em conta a questão ambiental^{24,56}.

Ainda assim, nesse espectro de análise, as lideranças também sugeriram que a nutrição tende a negligenciar sua própria relação com a questão ambiental. De fato, trata-se de um campo, como tantos na área da saúde, em que predomina a relevância do discurso biomédico^{40,41}. Na nutrição, a ideologia do nutricionalismo⁴³ tende a alienar profissionais e população de um entendimento mais complexo do sistema alimentar. Tal constatação atinge, inclusive, o campo da pesquisa em nutrição, uma vez que diversas perguntas continuam

sem resposta contundente quanto à atuação da nutrição para reverter a lógica predatória dos sistemas alimentares⁵⁷.

Reverter a lógica da produção agrícola na perspectiva de uma ética para o futuro já estava no campo de análise de Jonas quando elaborou seu Princípio Responsabilidade. O filósofo já questionava os impactos cumulativos à Natureza derivados do uso de tecnologias agrárias¹⁰. As técnicas empregadas na produção agrícola pelo sistema alimentar devem, portanto, ser contrapostas criticamente e desestimuladas pela nutrição em seu campo de práticas por constituírem ameaça potencial à vida, tal como sugerem as análises de Jonas^{10,11}.

Importante ressaltar que, para o filósofo, enquanto a técnica pré-moderna era caracterizada por uma constância no fazer técnico, tendendo a um equilíbrio entre necessidade e meios apropriados para saná-la, a técnica moderna, à qual se alinham aquelas utilizadas pelo sistema alimentar hegemônico, rompe com tal equilíbrio e se apresenta como objeto profícuo de reflexão por não assumir qualquer nível de estabilidade, mas buscar sempre avançar “outros passos em todas as direções possíveis”¹¹⁽³⁰⁾. A Revolução Verde é apresentada pelo filósofo como exemplo dessa concepção, uma vez que se anuncia como revolução tecnológica criadora de diversos problemas no campo da agricultura, mas que são, em tese, sanados pelo próprio constructo tecnológico que os gerou. A lógica do autor, ainda em 1979, parece contemporaneamente situada, como exemplificado abaixo:

A monocultura não só reduz um habitat diversificado, dotado de um equilíbrio dinâmico das espécies, à presença de uma só cultura, mas esta mesma é um produto domesticado, artificialmente homogeneizado a partir de variedades selvagens, de modo que tal cultura só pode se manter sob condições artificiais da agricultura¹⁰⁽³³⁵⁾.

Parece evidente que a ética jonasianna não coaduna com uma noção fraca de

sustentabilidade¹³, em que o papel da nutrição se limitaria a ações pontuais de redução de danos⁵⁸, mas deve se projetar tanto no campo de práticas³⁶ como de formação^{37,38}, em prol da compreensão integral e proposição de ações ampliadas frente à complexidade do sistema alimentar.

A questão ambiental requer ações urgentes, com alta prioridade. Afinal, as previsões frente ao Antropoceno sugerem que, além de as gerações futuras estarem ameaçadas pelos problemas ambientais atuais, a geração atual já sente os efeitos das mudanças climáticas em nível global, com potencial agravamento em países pobres e dependentes da agricultura⁴⁹. Entre as lideranças entrevistadas, a percepção de que a nutrição possui outras prioridades que não a questão ambiental parece refletir a já discutida desinformação⁵¹ e, em algum nível, um otimismo ingênuo por parte de parcela considerável da humanidade com relação ao que se projeta frente às mudanças climáticas e suas consequências.

Ressalta-se, porém, que a demanda ética proposta neste trabalho não vislumbra substituir as tarefas historicamente dadas ao campo da nutrição, concebidas pelos princípios que norteiam a atuação do nutricionista em países como o Brasil⁵⁵ e que, de certa forma, já estão alinhadas à visão cosmológica ampliada perante o papel da nutrição na sociedade. O que se pretende é que a Nutrição reconheça formas de promover a alimentação adequada e saudável, por isso, sustentável, para além de seu nicho convencional de atuação.

Considerações finais

A nutrição, envolvida com a lógica dos sistemas alimentares, precisa reconhecer, no contexto

do Antropoceno, sua responsabilidade para contornar a lógica predatória com que o sistema alimentar hegemônico atua.

Os achados deste trabalho permitem afirmar que, ao menos entre as lideranças do campo da nutrição brasileira, essa responsabilidade vem sendo assimilada em algum nível, dada a compreensão que demonstraram ter sobre a relação da nutrição com a questão ambiental. Contudo, diversos problemas ainda precisam ser enfrentados, como o incipiente nível de conhecimento dos atores da nutrição sobre a questão ambiental.

É importante frisar que este trabalho foi constituído a partir das percepções de representantes engajados no campo da nutrição, o que sugere níveis mais avançados de compreensão da realidade e do estado da arte da nutrição no País, não sendo possível extrapolar tais percepções a todos os profissionais da área.

Como contribuição, busca-se ressaltar a importância do Princípio Responsabilidade de Hans Jonas enquanto pressuposto ético para o campo da nutrição, uma vez que defende de forma intransigente a vida, hodierna e futura, garantindo à Natureza seu valor em si mesma ao questionar o uso de tecnologias irresponsáveis que ameacem a manutenção de uma autêntica vida na Terra.

Colaboradores

Sipioni ME (0000-0003-1536-6374)* contribuiu para a concepção do trabalho; coleta, análise e interpretação dos dados; redação do artigo e aprovação final da versão a ser publicada. Andrade MAC (0000-0002-3690-6416)* contribuiu para a revisão crítica do artigo e aprovação final da versão a ser publicada. ■

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

Referências

1. Veiga JE. A primeira utopia do antropoceno. *Ambient soc.* 2017;20(2):233-52. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX002V2022017>
2. Lewis SL, Maslin MA. Defining the Anthropocene. *Nature.* 2015;519:171-80. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature14258>
3. Pompeia C. Formação política do agronegócio. São Paulo: Ed. Elefante; 2021.
4. Maluf RSJ. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: Vozes; 2007.
5. Salles-Costa R, Ferreira AA, Castro Junior P, et al. Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2022.
6. Machado PP, Oliveira NRF, Mendes AN. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde soc.* 2016;25(2):505-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>
7. McMichael P. Regimes alimentares e questões agrárias. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS; 2016.
8. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security [Internet]. Rome: FAO; 2014 [acesso em 2024 fev 3]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3901e/i3901e.pdf>
9. Mendes LL, Pessoa MC, Costa BVL. Ambiente alimentar: tópicos iniciais e principais modelos conceituais. In: Mendes LL, Pessoa MC, Costa BVL, organizadoras. *Ambiente alimentar: saúde e nutrição.* Rio de Janeiro: Rubio; 2022. p. 1-10.
10. Jonas H. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio; 2006.
11. Jonas H. Técnica, medicina e ética: sobre a prática do princípio responsabilidade. São Paulo: Paulus; 2013.
12. Oliveira JR. Para uma *ethical turn* da tecnologia: por que Hans Jonas não é um tecnofóbico? *Trans Form Ação.* 2022;45(2):191-206. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45n2.p191>
13. Gudynas E. Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante; 2019.
14. Lourenço DB. Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante; 2019.
15. Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
16. Krenak A. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
17. Kopenawa D, Albert B. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.
18. Sipiõni ME, Andrade MAC. Reflexões sobre ética ambiental, sistemas alimentares e desigualdades. In: Andrade MAC, Sodré F, Rocon PC, organizadores. *Desigualdades sociais em saúde: debates contemporâneos para construção de políticas públicas.* Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2024. p. 120-41.
19. Johns P. Food systems and health: prospects for hope in the Brazilian chaos? *Development (Rome).* 2020;63:285-90. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41301-020-00274-w>
20. Nestle M. Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos. São Paulo: Elefante; 2019.
21. Ribeiro H, Jaime PC, Ventura D. Alimentação e sustentabilidade. *Estud av.* 2017;31(89):185-98. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890016>

22. Carneiro FF, Rigotto RM, Augusto LGS, et al., organizadores. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular; 2015.
23. Presidência da República (BR). Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 1991 set 18; Seção I:19909.
24. Conselho Federal de Nutricionistas (BR). Resolução nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2018 fev 25; Seção I:1.
25. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012.
26. Ministério da Saúde (BR). Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014.
27. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, et al. The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. *Lancet*. 2019;393:781-846. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
28. Marchioni DML, Carvalho AM. Sistemas alimentares, mudanças climáticas e saúde pública. In: Marchioni DML, Carvalho AM, organizadoras. Sistemas alimentares e alimentação sustentável. Santana do Parnaíba: Manole; 2022. p. 77-89.
29. Rebrovick T. The politics of diet: “eco-dietetics”, neoliberalism, and the history of dietetic discourses. *Polit. research quart*. 2015;68(4):678-89. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1065912915605183>
30. Portilho F, Castañeda M, Castro IRR. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciênc saúde coletiva*. 2011;16(1):99-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100014>
31. Fanzo J, Hood A, Davis C. Eating our way through the Anthropocene. *Physiol Behav*. 2020;222:e112929. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.physbeh.2020.112929>
32. Triches RM. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. *Ciênc saúde coletiva*. 2021;26(5):1833-46. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.09742019>
33. Triches RM. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. *Saúde debate*. 2020;44(126):881-94. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012622>
34. Nunes-Galbes NM, Giatti LL. Construção e desafios de sistemas de pensamento na ciência da Nutrição: do reducionismo ao sistêmico. In: Marchioni DML, Carvalho AM, organizadoras. Sistemas alimentares e alimentação sustentável. Santana do Parnaíba: Manole; 2022. p. 3-18.
35. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security [Internet]. Rome: FAO; 2017 [acesso em 2024 fev 3]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>
36. Carlsson L, Seed B, Yeudall F. The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets [Internet]. Toronto: Dietitians of Canada; 2020 [acesso em 2024 fev 3]. Disponível em: [https://www.dietitians.ca/DietitiansOfCanada/media/Documents/Resources/Sustainable-Food-Systems-Dietitians-Roles-\(Role-Paper\).pdf](https://www.dietitians.ca/DietitiansOfCanada/media/Documents/Resources/Sustainable-Food-Systems-Dietitians-Roles-(Role-Paper).pdf)
37. Fanzo JC, Graziose MM, Kraemer K, et al. Educating and training a workforce for nutrition in a post-2015. *World Adv Nutr*. 2015;6(6):639-47. DOI: <https://doi.org/10.3945/an.115.010041>

38. Jacob MCM, Araújo FR. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. *Ciênc saúde coletiva*. 2020;25(11):4369-78. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.31652018>
39. Vasconcelos FAG. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Rev Nutr*. 2002;15(2):127-38. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732002000200001>
40. Bosi MLM. A face oculta da nutrição: ciência e ideologia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora UFRJ; 1988.
41. Prado SD, Bosi MLM, Carvalho MCVS, et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Rev Nutr*. 2011;24(6):927-37. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000600013>
42. Kraemer FB, Prado SD, Ferreira FR, et al. O discurso sobre alimentação saudável como estratégia de bio-poder. *Physis*. 2014;24(4):1337-59. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000400016>
43. Scrinis G. Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional. São Paulo: Elefante; 2021.
44. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol*. 2006;3(2):77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
45. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
46. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 466, de 12 dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. 2013 jun 13; Seção I; Edição 112:59-62.
47. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *FAO strategy on climate change 2022-2031* [Internet]. Rome: FAO; 2022 [acesso em 2023 nov 15]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/f6270800-ee7-498f-9887-6d937c4f575a/content>
48. Artaxo P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estud av*. 2020;34(100):53-66. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>
49. Harris PG. COP27: From preventing dangerous climate change to salving loss and damage. *PLOS Clim*. 2023;2(1):e0000150. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pclm.0000150>
50. Mason J, Kassam L. Agriculture planted the seeds of the alienation from nature. In: Kassam A, Kassam A, editores. *Rethinking food and agriculture*. London: Woodhead Publishing; 2020. p. 31-51. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-816410-5.00002-5>
51. Latour B. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2020.
52. Carvalho HBA, Almeida LMF. Marxismo. In: Oliveira J, Pommier E, organizadores. *Vocabulário Hans Jonas*. Caxias do Sul: Educ; 2019. p. 139-43.
53. Rifkin M. Nutrition policy critical to optimize response to climate, public health crises. *Front Nutr*. 2023;10:1-7. DOI: <https://doi.org/10.3389/fnut.2023.1118753>
54. Lima GFC, Torres MBR. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais e o papel da educação ambiental em contextos escolarizados. *Educ rev*. 2021;37:e778189. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77819>
55. Burigo AC, Porto MF. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciênc saúde coletiva*. 2021;26(10):4411-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.13482021>
56. Conselho Federal de Nutricionistas (BR). Resolução nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*. 2018 fev 25; Seção I:182.

57. Bell BM. The climate crisis is here: a primer and call to action for public health nutrition researchers and practitioners in high-income countries. *Public Health Nutr.* 2023;26(2):496-502. DOI: <https://doi.org/10.1017/s1368980022002427>

58. Naves CCD, Recine E. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. *Deme-*

tra. 2014;9(1):121-36. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2014.6246>

Recebido em 02/07/2024
Aprovado em 21/03/2025
Conflito de interesses: inexistente
Suporte financeiro: não houve

Editora responsável: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer